



Deliberação n.º 95 /Eleições Municipais/2020

Plenário de 20 de outubro de 2020

Assunto: Atestado Médico para os efeitos previstos no art. 212º/4 do Código Eleitoral.

Tendo sido solicitada à Comissão Nacional de Eleições (CNE) a clarificação do disposto no n.º 4 do art. 212º do Código Eleitoral (CE), no que respeita ao certificado comprovativo que deve ser aceite pela Mesa para verificação da autenticidade das circunstâncias que justificam o exercício do direito do voto acompanhado por parte de um eleitor invisual e/ou portador de deficiência física notória.

A CNE deliberou, por unanimidade dos seus membros, esclarecer que o documento comprovativo exigido no n.º 4 do art. 212º do CE, é o **Atestado Médico**, passado pelo Delegado de Saúde do respetivo Concelho ou ainda pelo Médico responsável pelo Centro de Saúde local, devendo ser apresentado o documento original, contendo a assinatura do Delegado de Saúde ou do Médico responsável pelo Centro de Saúde, e carimbo, quer da instituição emissora quer do próprio Médico.

E ainda, que o documento não seja em modelo de formulário, ou seja, que não deve ter espaços em branco para posterior preenchimento do nome do eleitor, pois que, não garante a autenticidade do certificado para os efeitos previstos no n.º 4 do art. 212º do CE.

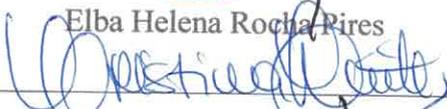
Pelos Membros da CNE,



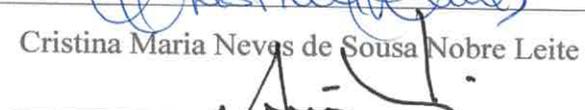
Maria do Rosario Lopes Pereira Gonçalves



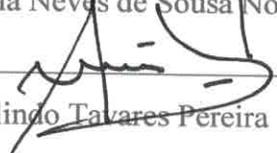
Amadeu Lins Barbosa



Elba Helena Rocha Pires



Cristina Maria Neves de Sousa Nobre Leite



Arlindo Tavares Pereira